SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Repercussão Geral *em Pauta*

Informativo periódico, elaborado pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes da Secretaria de Gestão de Precedentes do STF, objetiva auxiliar a gestão da repercussão geral no Poder Judiciário e apresenta as mais recentes informações deste Tribunal sobre o assunto.

Edição n. 318 10 a 16 de dezembro de 2024

Mérito da Repercussão Geral

Julgamentos

Tema: 1.214 **Processo(s):** RE 1.363.013 **Relator:** Min. Dias Toffoli

Título: Incidência do ITCMD sobre o plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano.

O Tribunal fixou a seguinte tese: "É inconstitucional a incidência do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos ao plano vida gerador de benefício livre (VGBL) ou ao plano gerador de benefício livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano."

Tema: 1.280 **Processo(s):** RE 722.528 **Relator:** Min. Dias Toffoli

Título: Exigibilidade do PIS/COFINS em face das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), tendo presentes a Lei 9.718/1998 e o conceito de faturamento, considerando-se a redação original do art. 195, I, da Constituição Federal.

O Tribunal fixou a seguinte tese: "É constitucional a incidência de PIS e COFINS em relação a rendimentos auferidos em aplicações financeiras das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC)."

Acórdãos Publicados

Tema: 953 **Processo(s):** RE 859.376 **Relator:** Min. Luís Roberto Barroso

Inteiro teor

Título: Possibilidade de, em nome da liberdade religiosa, excepcionar obrigação imposta a todos relativa à identificação civil.

O Tribunal fixou a seguinte tese: "É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível."

Agenda 2030 da ONU: 16

Tema: 975 **Processo(s):** RE 1.167.842 **Relator:** Min. Gilmar Mendes

Inteiro teor

Título: Possibilidade de aplicação do teto constitucional à verba decorrente da conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída.

O Tribunal fixou a seguinte tese: "O art. 43, caput e § 1º, da Lei Complementar estadual 1.059/2008, de São Paulo, é formal e materialmente constitucional. A natureza indenizatória da conversão de licença-prêmio em pecúnia é válida somente no que se refere ao valor total da indenização. O teto remuneratório constitucional incide na base de cálculo utilizada para computação do valor a ser pago a título de indenização de licença-prêmio não gozada, equivalente à remuneração a que o servidor faz jus no momento de sua aposentadoria."

Temas com Trânsito em Julgado

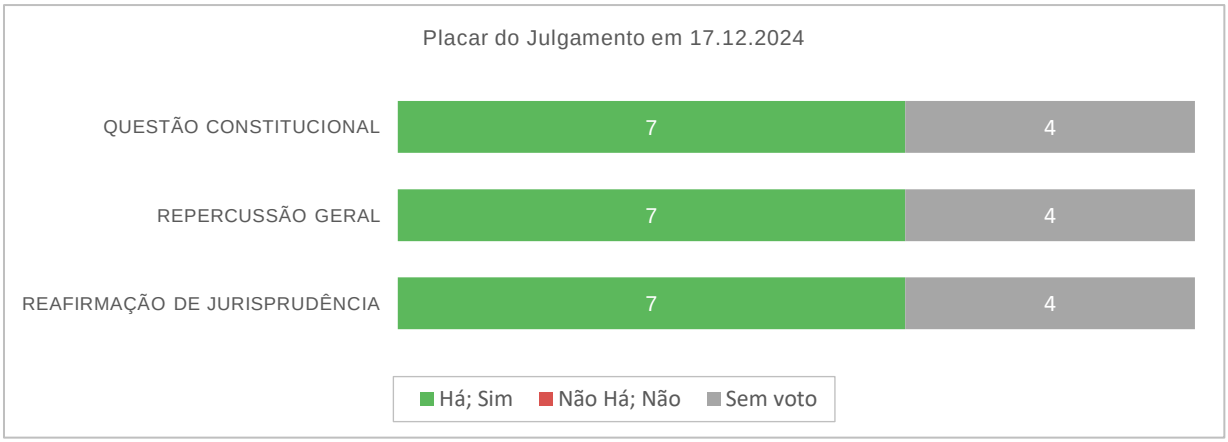
Não houve temas com trânsito em julgado no período de 10 a 16.12.2024.

Procedimentos de Admissibilidade

Temas em Julgamento

Tema: 1.366 **Processo(s):** RE 1.520.841 **Relator:** Min. Luís Roberto Barroso (Presidente)

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



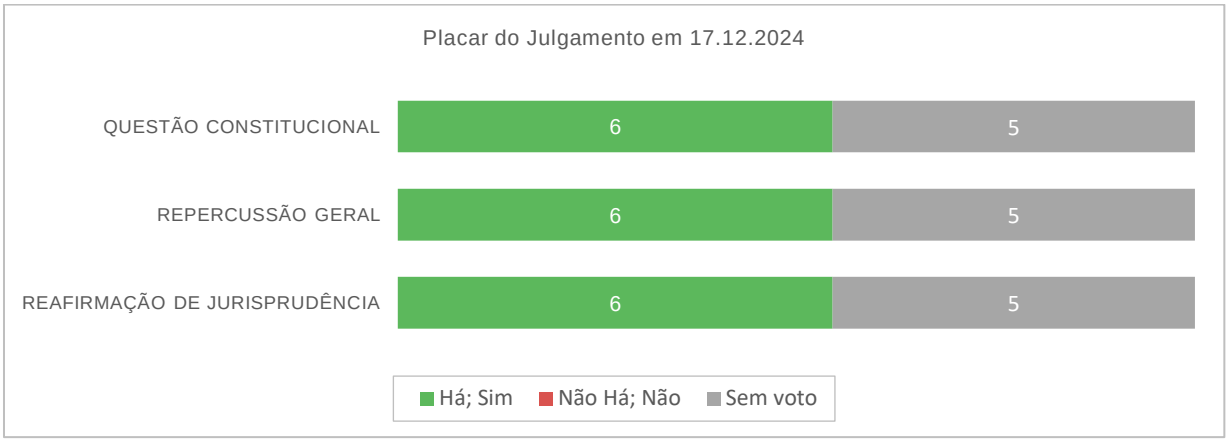
Título: Responsabilidade por danos materiais em transporte aéreo internacional de carga.

Data prevista para o fim do julgamento: 3.2.2025

Agenda 2030 da ONU:

Tema: 1.367 **Processo(s):** RE 1.490.708 **Relator:** Min. Luís Roberto Barroso (Presidente)

Manifestação do Relator - Placar do julgamento

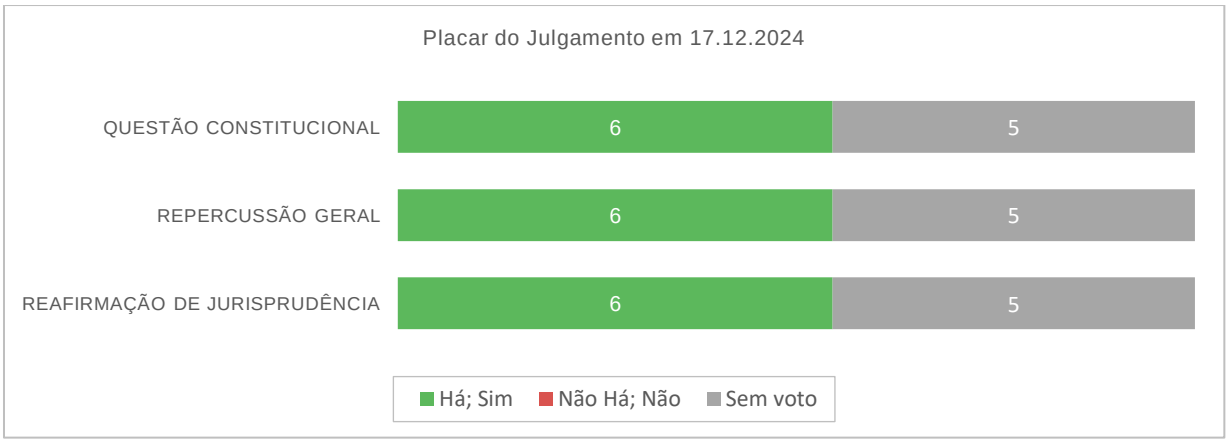


Título: Efeitos da modulação na incidência de ICMS sobre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, conforme o estabelecido no Tema 1.099/RG e na ADC 49.

Data prevista para o fim do julgamento: 3.2.2025

Tema: 1.368 **Processo(s):** ARE 1.527.985 **Relator:** Min. Luís Roberto Barroso (Presidente)

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



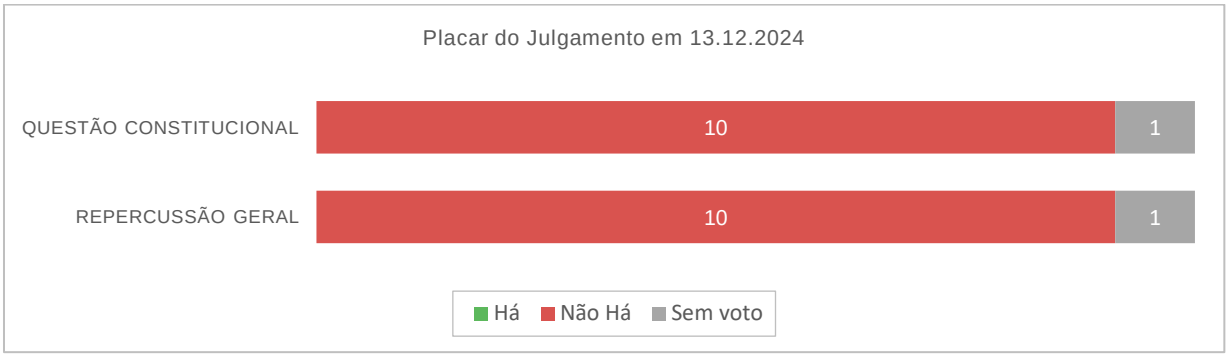
Título: Aplicabilidade da regra de anterioridade tributária às alíquotas do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) após a revogação do Decreto nº 11.321/2022 pelo Decreto nº 11.374/2023.

Data prevista para o fim do julgamento: 3.2.2025

Temas Finalizados

Tema: 1.364 **Processo(s):** ARE 1.520.954 **Relator:** Min. Luís Roberto Barroso (Presidente)

Manifestação do Relator - Placar do julgamento

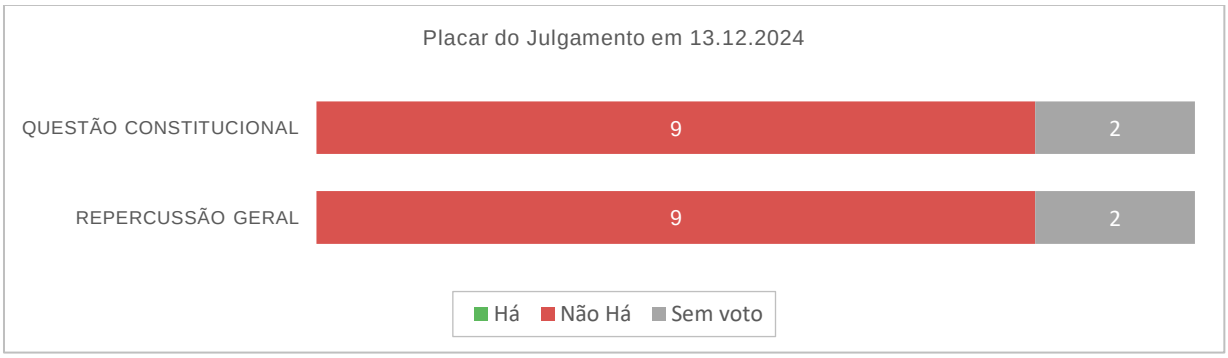


Título: Cobrança de honorários advocatícios contratados com a entidade sindical em execuções individuais de sentença.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a inexistência de repercussão geral da questão, por não se tratar de matéria constitucional. Não se manifestou a Ministra Cármen Lúcia.

Tema: 1.365 **Processo(s):** RE 1.509.608 **Relator:** Min. Luís Roberto Barroso (Presidente)

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



Título: Aproveitamento de valor de ICMS-ST pelo contribuinte substituído para creditamento de PIS/COFINS.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a inexistência de repercussão geral da questão, por não se tratar de matéria constitucional. Não se manifestaram os Ministros Cármen Lúcia e Cristiano Zanin.

Informações

Notícias da Repercussão Geral

13.12.2024

- Supremo inaugura MARIA, primeira ferramenta do Tribunal com inteligência artificial generativa

  O novo recurso será lançado nesta segunda-feira (16) e contará com presença de robô que representa a MARIA.

- Precatório complementar pode ser expedido quando houver mudança na correção monetária, reafirma STF

  Recurso sobre o tema, com repercussão geral, foi julgado no Plenário Virtual.

12.12.2024

- Após novos votos, STF suspende julgamento sobre atribuição da Guarda Municipal de São Paulo

  Matéria tem repercussão sobre papel das guardas municipais em todo o país. Corte acumula outras 53 ações com o tema.

11.12.2024

- Para ministro Fux, é inconstitucional responsabilizar plataformas somente em casos de descumprimento de ordem judicial

  Ministro é o relator do segundo processo envolvendo o Marco Civil da Internet. Julgamento deverá ser retomado na próxima quarta-feira (18).

Pautas do Plenário

Plenário Presencial

Paradigmas da repercussão geral incluídos no calendário de julgamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal (sujeito a alterações):

Previstos para 18.12.2024

Tema: 998 **Processo(s):** ARE 959.620 **Relator:** Min. Edson Fachin

Título: Controvérsia relativa à ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional, por ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e à proteção ao direito à intimidade, à honra e à imagem.

Agenda 2030 da ONU: 

Sessões Virtuais do Plenário

TRIBUNAL PLENO – SESSÃO VIRTUAL DE 13.12.2024 A 3.2.2025

Tema: 1.132 **Processo(s):** RE 1.279.765 **Relator:** Min. Alexandre de Moraes

Título: Aplicação do piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias aos servidores estatutários dos entes subnacionais e o alcance da expressão piso salarial.

Agenda 2030 da ONU: 